

A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA: TEORIA E PRÁTICA DO PROFESSOR DO ENSINO FUNDAMENTAL

Alcione Tiago da Costa¹
Evodia Simone Monteiro Soares²
Eveline Teodora Monteiro³

RESUMO

O presente artigo visa analisar a equivalência da teoria e a prática do docente, envolvido no desenvolvimento de projetos pedagógicos em Educação Ambiental nas escolas do ensino fundamental da rede pública. Para o qual adotamos a pesquisa bibliográfica, de natureza qualitativa sob o olhar de Baffi (2002), Brugger (1994), Novoa (2019), Martins (2008) entre outros. Vale salientar que o ponto fundamental desse espaço de pesquisa é o referencial teórico atrelado ao Projeto Político Pedagógico o qual deve estar em consonância com as discussões aqui estabelecidas. Os debates e propostas na esfera mundial e local em torno da temática da educação ambiental, que tem tomado grandes proporções nas últimas décadas. Porém, no que concerne a formação docente em educação ambiental no âmbito da formação continuada, percebe-se certa fragilidade no exercício da docência no tocante a abordagem desses valores relacionados a educação ambiental, voltados para uma ética que procede de uma releitura no entendimento de sustentabilidade e desenvolvimento econômico, atrelado a economia, mercado e tecnologia, mas, sobretudo num comportamento de sustentabilidade.

Palavras-chave: Comportamento de Sustentabilidade, Educação Ambiental, Rede pública.

INTRODUÇÃO

O imperialismo do consumo, característico de países capitalista, precisa na atualidade se reprogramar para não sucumbir quando o interesse é produzir exacerbadamente para consumir mais desenfreadamente. O modelo de desenvolvimento concentra-se na produção e consumo, capacitação de intervenções naturais para encontrar as necessidades e desejos da população com produtos e tecnologias de última geração, não é exclusividade da sociedade da

¹ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – PPG – Programa Brasil; Atua na Educação Básica – anos iniciais – Prefeitura de Carpina – Pernambuco – Brasil. Autor principal alcione_tiago@hotmail.com;

² Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – PPG – Programa Brasil; Atua na Educação Básica – anos iniciais – Prefeitura de São Lourenço – Pernambuco – Brasil., coautor1 evodiasms@gmail.com ;

³ Mestranda em Ciências da Educação pela Universidad Del Sol – UNADES – PPG – Programa Brasil; Atua na Educação Básica – anos iniciais – Prefeitura de Recife – Pernambuco – Brasil., coautor2, evelinetm@hotmail.com;

era digital. Desde a época da Revolução Industrial, este modo de vida se consolidou, ganhando proporções alarmantes em relação ao uso de bens naturais e produção de resíduos.

No meados dos anos de 1960, enfrentou-se muitos problemas resultantes do modelo de desenvolvimento de produção e consumo, surgiu o movimento ambientalista que se constituiu numa forma de resistência social ao modelo e ao impacto que este produzia sobre o meio ambiente. O ambiente socialista confirma que o homem está relacionado a natureza do qual depende o futuro da vida neste planeta. No decorrer das discussões sobre a educação ambiental foram redigidos documentos internacionais e nacionais que dimensionaram a visão para uma educação ambiental que formará uma nova ética que fornece atitudes e comportamentos para indivíduos e comunidades empenhadas em melhorar a qualidade ambiental e responder as complexas relações entre sociedade e natureza (Conferência das Nações Unidas, 1975).

A recomendação de Belgrado é seguida por vários países, incluindo o Brasil que, desde os anos 80, criou diretrizes e políticas públicas bem específicas promovendo o incentivo à Educação Ambiental. A importância do campo da educação foi admitida na Constituição Federal em 1988, atribuída pelo Estado "Promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente." (BRASIL, C.F 2008, art. 225, §1º, inciso VI). Na escola a nível federal, essas exigências são feitas nos Parâmetros Curriculares Nacionais e Lei 9597/99, a lei que rege a Política Nacional de Educação Ambiental e Meio Ambiente no Brasil. Depois do guia da Conferência de Tbilisi (1977), o tema ambiental deve ser interdisciplinar e envolvendo todos os saberes e áreas de conhecimento.

De acordo com as leis federais, a Secretaria de Educação do Distrito Federal disciplinam as escolas há incorporar o tema "Meio Ambiente" no ato da elaboração do Projeto Político Pedagógico, que fomentarão os projetos interdisciplinares vivenciados nas redes públicas de ensino. O Projeto Político Pedagógico é norteador que gerencia as discussões acerca do universo escolar. E geralmente é desenvolvido no decorrer do ano letivo, como eixo estruturante fomentando os projetos pedagógicos a serem vivenciados com a participação da comunidade escolar. Ao se implementar o projeto de educação ambiental é necessário envolver todos os atores, visando à formação de hábitos e atitudes nos estudantes e na comunidade escolar como num todo, que repercutira na sociedade através de cidadãos conscientes, com práticas sociais sensibilizados por um comportamento de sustentabilidade planetária. No entanto, o programa de ações da agenda 21 recomendou aos países signatários a colocarem em pratica a partir de sua aprovação em 14 de junho de 1992 até o final do século XXI, um exercício conjunto e universal na perspectiva de fortalecer atitudes, valores e ações que sejam de caráter saudáveis ao meio ambiente e que fortaleça o desenvolvimento sustentável por viés do fomento do ensino,

da conscientização e do treinamento. O conceito de educação é baseado na continuidade em relação às experiências histórico-culturais, experiências e percepções de professores em relação ao ambiente, que refletirá a ação no cotidiano. Na prática, o docente não transmite apenas conhecimento, mas também crenças, valores, compreensão do meio ambiente e de mundo. Então parte daí a importância do treinamento dos docentes e conhecimento sobre a complexidade e diversidade da questão ambiental e sustentabilidade numa visão planetária.

Numa tarefa difícil, os docentes tentam sincronizar a transmissão do conhecimento científico coletado por seres humanos refletido pela natureza de modo contínuo no processo de construção permanente do conhecimento que se refaz a cada nova descoberta. Para tanto, ele necessita de uma formação que acompanhe a evolução dinâmica na ordem cósmica, que se inicie nos bancos das universidades e continue ao longo de sua vida profissional, num constante processo de formação continuada.

METODOLOGIA

O presente artigo foi realizado a partir de pesquisa de cunho bibliográfico iremos aqui destacar os passos que auxiliaram na busca do conhecimento da realidade afim de alcançar os objetivos aqui propostos. O artigo é tipificado como pesquisa qualitativa, o qual direciona alguns pontos principais para sua execução, uma delas é o contato direto do pesquisador e a situação estudada, enfatiza mais o processo de que o produto, assim esta opção facilita a interpretação e a descrição da realidade investigada. Uma vez que possui um caráter reflexível na apuração de dados, podendo usar recursos, para fixar a mostra, de acordo com o entendimento do investigador, fazendo uso da metodologia simples de cunho exploratório. Metodologicamente, este estudo desenvolveu através de pesquisa bibliográfica, na qual é composta por material já elaborado, tais como artigos científicos, livros, teses, revistas. Diante disto podemos tirar dúvidas e aprimorar o nosso artigo. Para Baffi (2002)

O ato de planejar é sempre processo de reflexão, de tomada de decisão sobre a ação; processo de previsão de necessidades e racionalização de emprego de meios (materiais) e recursos (humanos) disponíveis, visando à concretização de objetivos, em prazos determinados e etapas definidas, a partir dos resultados das avaliações.

Cervo e Bervian (1983, p. 55) escreve em que a pesquisa bibliográfica "...explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos". Neste sentido o pesquisador é consciente que ao optar por uma pesquisa bibliográfica, fica sendo esta seu

pressuposto como referencial para explicitar uma determinada situação a partir do observado que terá sua contribuição científica para a área em lócus.

MEIO AMBIENTE E A EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

Nos decada de 60, passamos a discutir questões ambientais no Brasil. Uma sucessão de encontros, reuniões e conferências sobre o assunto surgiu um embrionário movimento ecológico. No entanto, por volta de 1970 o governo federal direciona sua atenção para os problematicas referentes aos fatores ambientais, incluindo a criação de áreas protegidas - como Parques Nacionais delegando penalidades para os infratores ambientais. Brügger (1994) avalia que a ação efetiva do governo brasileiro em relação ao gerenciamento do meio ambiente, que decorreu das pressões do movimento internacional ambientalista pós-Estocolmo. Assim, o Estado criou instituições responsáveis pelo gerenciamento do meio ambiente como garantia da entrada de investimentos privados no país (BRÜGGER, 1994, p.31 / 32).

Durante um projeto econômico, o governo brasileiro prioriza o desenvolvimento econômico e a industrialização como eixo de desenvolvimento e danos da conservação e o uso racional de recursos naturais, foram criadas as primeiras instituições e políticas públicas ambientais do país. Na visão governamental daquela época, a proteção ambiental não deve impedir o desenvolvimento econômico (BRÜGGER,1994). A Conferência de Estocolmo(1972), liderou os blocos de países em desenvolvimento que apresentou objeção a constatação da importância da problemática ambiental, o governo brasileiro tornam essa posição pública.

Nesta conjuntura, em 1973, idealizado pela Presidência da República - no âmbito do Ministério do Interior - a Secretaria Especial do Meio ambiente (SEMA), trabalho nacional consistente com a gestão ambiental. No Brasil, coube a SEMA, simultaneamente com a Fundação Educacional do Distrito Federal e a Fundação da Universidade de Brasília, promove o primeiro treinamento da rede da educação do Estado federal sobre o tema do meio ambiente. (DIAS, 1994, 41).

Um ano após o fórum de Tbilisi foi promulgado o primeiro documento sobre Educação Ambiental no Brasil - "Ecologia - uma proposta para o ensino de 1º e 2º graus ", criado pelo departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura (MEC). O documento, na avaliação de Brügger (1994), representou um retrocesso em relação à Tbilisi ao condicionar a EA à área das ciências biológicas. Ao desconsiderar outros aspectos pertinentes às demais áreas

do conhecimento, o documento acabou comprometendo o potencial analítico e reflexivo dos seus contextos, (BRÜGGER, 1994, p. 114). Em 1981, foi validada a Lei de 6938 que dispunha sobre a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), sua finalidade é o processo de treinamento e implementação de componentes importantes para o seguro de segurança ambiental no Brasil. A PNMA institui a inclusão da EA em todos os níveis de ensino, abrangendo a educação da comunidade. Um passo importante na unidade da educação Ambiental é a Constituição Federal, emitida em 1988. Fica estabelecido, no inciso VI do Art. 225, a necessidade de promover a educação ambiental em todos os níveis de educação e conscientização pública para a proteção do ambiente ".

O Guia dos Princípios e Princípios da Educação, adotado em 1996 a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no seu artigo 32, Certifique-se de que a educação básica terá por objetivo a formação básica do cidadão mediante: (...) II a compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores que se fundamentam a sociedade. Não há, entretanto, uma referência direta na Lei sobre obrigatoriedade da Educação Ambiental no ensino formal. No entanto, nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) - fornecidos pelo Ministério da Educação e Cultura, em 1997 - o assunto foi tratado diretamente, constituindo-se num dos temas transversais, juntamente à Ética, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual. Os PCNs sabem que a história humana depende da relação entre sociedade e natureza. Os PCNs sugerem que a EA favoreça a interdisciplinaridade, reconheça a interdependência do meio natural com o meio artificial e a necessidade de um conhecimento integrado da realidade.

Em 1999, foi editada a Lei Nº. 9.795 dispõe sobre Política Nacional de Educação Ambiental e define as orientações políticas e pedagógicas deste tema transversal nos sistemas de ensino em âmbito nacional. A lei afirmou que a EA deve desenvolver nos currículos das instituições de ensino público e privado, em todos os níveis de ensino e de forma interdisciplinar. Com todos os requisitos legais, a educação ambiental está se espalhando e se tornando uma realidade nas escolas brasileiras. No entanto, "como monitorar a vida na terra envolve diferentes concepções de sociedade, de educação e da relação homem e a natureza. Concepções que se refletem no fazer pedagógico do professor. E a respeito dessas concepções de educação e educação ambiental que o próximo capítulo se propõe a refletir.

SUSTENTABILIDADE E ENSINO

Quando se pensa em educação, a imagem que surge de imediato é estereotipada, de uma sala, com professor e alunos, os mesmos construindo saberes adquirindo conhecimentos. Essa

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

imagem se reflete na maioria da sociedade brasileira, retratando uma realidade comum, porém a educação não se limita a um espaço formal que se apoia em conteúdos pré-estabelecidos e um espaço físico delimitado, ela abarca todo um contexto natural.

Pois, afirma os PCNs Brasil (1998, p.23): A escola não muda a sociedade, mas pode, partilhando esse projeto com segmentos sociais que assumam os princípios democráticos, articulando-se a eles, constituir-se não apenas como espaço de reprodução, mas também como espaço de transformação. A educação em particular pode ser compreendida como uma forma de reproduzir o modo de ser e a concepção do mundo de pessoas, grupos e classes, através do relato de experiências e de conhecimentos. Essa concepção de mundo inclui ideias, valores, ética, formas de trabalho e de organização social e cultural. Baseado nos quatro pilares constitutivos pela UNESCO para a Educação, a escola deve conceber segundo Penin e Vieira, (2001, p. 55): de acordo com o autor o primeiro pilar constitutivo aprender a conhecer está ligado a habilidade cognitiva de construir e desconstruir num processo contínuo instrumentalizando do repertório dos saberes. O segundo aprender a fazer presume conhecer um pouco sobre aquilo que se deseja realizar é correr risco também, pois tudo isso faz parte quando experimentamos situações adversas. O terceiro aprender a conviver está atrelado a atitudes de boa convivência, aos valores e respeito ao pluralismo em dimensões, a descoberta de si e do outro é perceber a interdependência e responsabilidade nas ações individuais e coletivas. O quarto pilar aprender a ser esta vinculada a sua percepção de mundo, da capacidade positiva de se comunicar sendo consciente e seu papel na sociedade sem negligenciar as potencialidades.

É importante afirmar que a escola não somente tem a função de ensinar a ler, escrever e calcular como antes era percebida e sim deve ser voltada para a realização plena do ser humano. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei federal (nº9394) aprovada em 20 de dezembro de 1996, consolida e amplia o dever do poder público para com a educação em geral e em particular para o ensino fundamental. Assim vê-se em seu art.22: A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios de progredir no trabalho e em estudos posteriores. (PCNs, 1999, p.43). Contudo, o conceito de aprendizagem por ela defendido não se limita a ideia de que aprender é receber e reter informações, e sim, pressupõe e desenvolve as habilidades de analisar, interpretar e relacionar as informações recebidas, opinando e assumindo posições críticas, cujo objetivo central corresponde à formação de cidadãos críticos e competentes, capazes de posicionar-se de maneira reflexiva e consciente diante da realidade.

O importante é que quando tratada no âmbito da escola, a EA não se limite aos problemas', mas à responsabilidade na formação das pessoas que precisam lidar com uma realidade

permeada de situações conflitantes entre o mundo natural e a organização social e se posicionar diante delas. Se o papel social da escola como instituição é formar cidadãos, que esses sejam atores corresponsáveis na defesa da qualidade de vida.

FORMAÇÃO PROFESSOR: ESTABELECENDO CONEXÕES ENTRE ESCOLA E SOCIEDADE

O mundo moderno requer um pragmatismo constante, ou seja, as transformações carecem de um perfil de homem diferente, consciente que resolva que compreenda questões intelectuais, tecnológicas e principalmente sociais. Trata-se, sobretudo, de um professor na prática seu papel profissional como também de cidadão, um mediador entre o sujeito e o conhecimento. Vale salientar que fatores como duvidosa formação de docentes e a desordem do trabalho escolar contribuem para esse estado. Pesquisas apontam que a graduação fornecida por universidades é insuficiente, ou seja, não prepara o professor para a heterogeneidade real e muito menos para relacionar as informações obtidas à prática em sala de aula. Desde atitudes mais simples do dia a dia até ao ato de avaliar seus próprios alunos, a qual não é nada fácil. De acordo com Perrenoud (1999, p.81-82) desses entraves surgem outros como explicação. É evidente, dirão talvez: sua formação não o prepara para isso, as condições de sua prática não lhe permitem avaliar e intervir constantemente com êxito. Tais respostas são globalmente aceitáveis, mas ainda é preciso saber o que se entende por formação dos professores e condições da prática. Existem professores mal-formados e mal-informados, indiferentes ao fracasso escolar [...] esse quadro não se presta a todos os professores.

Em contrapartida, as redes públicas de ensino não têm programas de formação continuada adequadas às necessidades atuais. Sabendo que a capacitação docente proporciona atualização e reflexão no tocante à didática em diversas áreas. A maioria dos problemas nessas capacitações é serem reuniões de curta duração que não acompanham a progressão do docente. No entanto, esses programas têm a função quase sempre cumprir a pauta e gastar os recursos financeiros advindos do FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (MARTINS, 2008).

Consideramos fatores internos e externos como estímulos para um novo olhar. Nóvoa (2013) insiste que os caminhos percorridos na formação de docentes estão ultrapassados e toma como referência três bases de sustentação para superação da mesma. A primeira discorre sobre a importância da formação a partir da própria profissão professor', reflexões conjuntas das práticas desencadeando conhecimentos, competências, responsabilidade e compromisso para

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

melhoria da qualidade do trabalho. Na segunda dá ênfase ao ensino como atividade de criação, afirma que compreender um conhecimento é mais valioso do que o próprio conhecimento, quem compreende a prática consegue ensinar. E na terceira, alerta acerca da emergência de evoluir de acordo com a evolução de outras profissões, o acordar para a essência do coletivo, valorizar a equipe como mais importante que o individual. Essas novas estratégias na formação permanente do docente têm relevância. Com a ajuda do coordenador pedagógico através de discussões, argumentações podem ser desmitificadas esses conceitos que impedem mudanças benéficas e urgentes para o momento. Ter intimidade com tais recursos facilitará esse processo e a educação como um todo lucrará.

INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA: MEDIADOR DA APRENDIZAGEM

A intervenção pedagógica se constitui de uma necessidade de resgatar uma participação ativa do aluno para que se desenvolva uma postura ativa e autônoma que deve possibilitar a compreensão do que estudam para aplicarem conceito, procedimentos e ações de forma equilibrada. Nesse pensamento faz-se necessário o trabalho do docente em possibilitar ao aluno refletir sobre a concepção a respeito de fenômeno e atitudes para que seus argumentos (pontos de vista) sejam fundamentais através de sua atuação no processo de intervenção. É na escola que essa intervenção pedagógica acontece, Vygotsky (1896-1934) provocando avanços que não ocorrem de maneira espontânea e que o bom ensino é aquele que estimula o sujeito a atingir um nível de compreensão e habilidade que ainda não domina completamente puxando dela um novo conhecimento.

Educação para o desenvolvimento sustentável é na verdade uma educação que prioriza, que garante o direito de todos a educação, o direito à cidadania. Essa visão de desenvolvimento configura-se como inclusiva para todos os cidadãos, estimulando desse modo compreender não só questões ambientais como também problemas contemporâneos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao nos debruçarmos sobre a problemática da aplicabilidade da teoria do ensino da educação ambiental nas escolas da rede pública na educação básica. Troxe a balia o quando é preciso investir na formação profissional dos docentes permitindo aos mesmos espaço e tempo para discursão sobre suas práticas e formação, as quais deixaram lacunas e que fragilizam suas

(83) 3322.3222

contato@conedu.com.br

www.conedu.com.br

praxis, limitando o alcance empoderador da educação como formação de cidadãos aptos a se posicionar nas diversas esferas da sociedade. Pois o universo ainda está sendo visto particularizado, fragmentado e a proposta do documento assim, como a agenda XXI propõe ações urgentes interventivas.

A educação é um dos caminhos, mesmo que a longo prazo, com finalidades de operacionalizarmos conjuntamente em todas as esferas do poder constituído do Estado, para tentar inibir essa devastação exacerbada do homem desrespeitando a natureza em sua completude e dinâmica natural, despertando o mundo para possibilidade da escassez dos recursos naturais. A educação ambiental deve abraçar e ser recepcionada pelos demais vieses do conhecimento caracterizada por uma prática contínua.

Ao mesmo tempo é necessário percorrer sobre os efeitos da ação humana sobre seu planeta e não apenas relatar as causas dos desastres naturais ocorridos pela violação do homem ao meio ambiente. Então percebemos que os resultados são satisfatórios quando atrelado à valorização do profissional, qualificação e respeito de todos os atores envolvidos direta e indiretamente. Fortalecer o conhecimento resulta numa ação que gera um comportamento de sustentabilidade, ou seja, comprometimento com o coletivo.

No mais, a temática em tela abre na verdade espaço para futuras discussões acerca da prática pedagógica nas escolas da rede pública, no que tange a educação ambiental nos projetos políticos pedagógicos e nos projetos pedagógicos desenvolvidos no contexto escolar. Afim de que realmente alcance a coletividade de suas dimensões em caráter formador do cidadão planetário, alcançando a sociedade num todo contribuindo para um comportamento de sustentabilidade na era digital.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais instituições responsáveis pela educação sistemática e intencional dos estudantes na sociedade do século XXI, é a escola, tal como a sociedade que ela representa se manifesta num espaço complexo, marcado por contradições e conflitos que são pertinentes e visíveis. Para compreender como o professor associa teoria e prática nos projetos de EA, a pesquisa partiu da análise dos documentos elaborados pelas escolas. E é na forma de projetos pedagógicos interdisciplinares que a EA aparece nos Projetos Políticos Pedagógicos.

A concepção dos projetos de EA está relacionada à concepção dos professores em relação à problemática ambiental e, conseqüentemente, a concepção do professor relaciona-se, intimamente, com sua formação.

A complexidade da escola torna-se evidente nas relações que ocorrem dentro do espaço escolar e nos espaços com o quais ela se relaciona, pois em plena era digital ainda nos deparamos com concepções atreladas ao século XIX de um sistema cartesiano de ensino fragmentado. Então como pensar planetariamente se estão situados em tempo e espaço determinado desvinculado do que ocorre na atualidade. Onde está o suporte para a formação defazada? Em permanente processo de construir e desconstruir? Há espaço para o professor refletir sobre suas ações, as ações de seus estudantes? Quem socorre esse profissional vítima de uma escolarização para poucos? Não podemos falar de uma prática pedagógica sem questionar os formadores. A quem interessa aquelas tomadas em conjunto pela escola?

Escola pública que tem autonomia para gerir projetos que questione a salubridade, a utilização e exploração de recursos naturais por empresas milionários? A educação ambiental é uma área multifacetada que se comunica com o jeito de viver da sociedade e transforma vidas de pessoas e localidades em sua prática pedagógica eficaz.

Portanto, compreender o educador na sua singularidade, que age intencionalmente, que se emociona, que possui uma história vivida e compartilhada nos diferentes contextos de seu cotidiano, implica considerar a sua subjetividade como um aspecto importante no ato de ensinar. Para compreender como o professor associa teoria e prática nos projetos de educação ambiental com uma visão holística.

O artigo partiu da análise dos documentos elaborados pelas escolas. E é na forma de projetos interdisciplinares que a EA aparece nos Projetos Políticos-pedagógicos. Seguindo as orientações dos PCN e das diretrizes, a temática ambiental é trabalhada como um dos eixos estruturadores da atividade pedagógica nas escolas, porém, sua dimensão vai além desta postura a humanidade precisa adotar um comportamento de sustentabilidade e podemos começar com a sensibilização dos estudantes ainda na educação básica e sobre tudo na rede pública. Pois lá encontra-se o maior contingente da população, é eminente que seja revista essa formação profissional do docente para que ele esteja aparelhado com conhecimento científico diferenciado e sólido para o exercício de seu ofício munido de dignidade e reconhecimento pelo que abraçou e escola seja o lugar de todos, pretos, pardos, indígenas... Ricos e pobres direito a educação de qualidade onde haja criticidade, compreensão e ética repensado o consumo, mercado e a tecnologia e políticas públicas.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988** – texto constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais de n. 1, de 1992, a 52, de 2006, e **pelos Emendas Constitucionais de Revisão** de n. 1 a 6, de 1994. – 26. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2006d.

BRASIL, **Secretaria de Educação fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos**: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC\SEF, 1998h.

BAFFI, Maria Adélia Teixeira. **O planejamento em educação: revisando conceitos para mudar concepções e práticas**. Petrópolis, 2002. Disponível em:

http://www.miniweb.com.br/educadores/Artigos/PDF/fundamentos_educacao.pdf

BRUGGER, Paula. **Educação ou adestramento ambiental**. Coleção teses. Letras contemporâneas. Ilha de Santa Catarina: 1994. 141p.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

Educação Ambiental: **princípios e práticas**/ Genebaldo Freire Dias – 9. Ed. - São Paulo: Gaia, 2004.

MARTINS, Ana Rita. **Na formação continuada não basta (só) tapar buracos**. Gestão Escolar. Edição 216, out 2008. Disponível em:

<<http://gestaoescolar.abril.com.br/formacao/formacao-continuada-nao-basta-so-tapar-buracos-759165.shtml?page=4>> Acesso em: 09 de 2019

NÓVOA, António. Três bases para um novo modelo de formação. Disponível em:

<<<http://gestaoescolar.abril.com.br/>>> Acesso em: 09 Dez 2019